

# DEMÉTRIO MAGNOLI: “Há futuro? Cenários políticos na hora da Lava Jato”.

## RESUMO:

*O jornalista Demétrio Magnoli faz valer o verso de Lupicínio Rodrigues: “O pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar”. Pela capacidade intelectual e pela coragem de dizer o que pensa, Demétrio eleva a consciência e o espírito dos que o ouvem e leem. Não foi diferente na noite de 20 de agosto, quando proferiu uma palestra brilhante acerca do momento brasileiro, a convite do Graciosa Country Club pelo seu projeto Pensando o Brasil, em parceria com o UniBrasil Centro Universitário e a B’nai B’rith, instituição humanitária judaica criada há 170 anos.*

## AUTORA:

*Ester Proveller – Presidente da B’nai B’rith em Curitiba.*

Demétrio Magnoli é sociólogo, doutor em Geografia Humana pela USP, integra o Grupo de Análises da Conjuntura Internacional da USP (Gacint-USP). É colunista dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, e comentarista de Política Internacional do Jornal das Dez da Globo News. Na sua palestra abordou temas que causam preocupação e perplexidade a todos os brasileiros neste momento sério e difícil de nossa história:

**- O ciclo econômico e político que se encerra agora.**

**- A Operação Lava Jato e seu significado político.**

**- A crise política atual, cenários possíveis.**

Segundo ele, no início deste milênio, em consequência da ascensão da China (fenômeno que não veremos acontecer de novo, foi como se um planeta com um sexto da população da Terra se integrasse à economia mundial) o mundo atravessou um longo período de queda de juros, a par da grande disponibilidade de produtos baratos. A expansão monetária, com imensa quantidade de dinheiro barato ocorreu sem pressões inflacionárias.

Houve aumento acelerado de consumo, grande liquidez internacional, capitais abundantes.

As instituições financeiras internacionais buscaram países com taxas de juros mais altas para aplicações; os chamados “países emergentes”, inclusive o Brasil. Investimentos no setor financeiro e produtivo geraram expansão econômica.

As *commodities* (petróleo, alimentos, minerais) tiveram seus preços majorados significativamente, devido à grande procura. Todos os países produtores tiveram condições favoráveis, e isso gerou cerca de dez anos de prosperidade.



O Brasil não viveu um “milagre econômico”, cresceu a taxas semelhantes as dos demais emergentes.

A expansão chinesa produziu, também, a ascensão de governos nacionalistas, com tendências autoritárias e populistas. Na Rússia, o regime de Putin se estabilizou; na Turquia, o partido “Justiça e Desenvolvimento” conquistou grandes maiorias eleitorais; na Argentina (país que a cada 10 ou 15 anos se autodestrói e reconstrói) firmou-se o Kirchnerismo; o Chavismo ganhou força na Venezuela. No Brasil ascendeu o lulopetismo, que pode cumprir a mais duradoura era da nossa história republicana se Dilma chegar ao final desse seu segundo mandato, serão 16 anos, superiores aos 15 do Vargasismo.

O lulopetismo se define por ter se aliado ao alto empresariado brasileiro (os “super coxinhas”), concedendo-lhes financiamentos vantajosos através do BNDES. Utilizou recursos dos Fundos de Pensões de Estatais, e das próprias Estatais, proporcionando “negócios da China” aos empresários companheiros. Firmou-se uma aliança paradoxal de um partido dito de esquerda e a altíssima burguesia.

Os programas de transferência de renda implantados nos governos FHC foram expandidos, criando-se o Bolsa Família, num modelo proposto anteriormente pelo Banco Mundial que Lula, então na oposição, chamou de “programa de direita” e “bolsa esmola”.

Com programas de distribuição de renda o PT, cujo eleitorado até 2002 era constituído basicamente pela classe média, passou a ter apoio dos segmentos mais pobres e menos instruídos da população, o que se caracterizou em outros tempos como “eleitorado da Arena”.

Na aliança do PT com a elite política tradicional do país (Collor, Sarney, Renan, Maluf...) os antigos “300 picaretas” se tornaram “300 companheiros”. Lula e o PT passaram a ser vistos como protetores do sistema político tradicional.

O projeto de poder do PT entrou em crise a partir da crise econômica mundial de 2008. E com a redução das taxas de crescimento da China.

A crise atual foi gestada no final do segundo mandato de Lula e em todo o primeiro mandato de Dilma, quando a corrente mais à esquerda do PT se torna mais dominante e abandona-se a política econômica ortodoxa herdada de FHC. Passa-se a estimular o consumo para manter o apoio político da população, e a uma política de expansão fiscal e aumento dos investimentos das estatais.

Lula não é de esquerda, tampouco de direita ou de centro, agiu assim em consonância com seu projeto político, que é “o Poder de Lula”.

Dilma é de esquerda, desde os tempos de oposição à ditadura militar e militância no PDT de Leonel Brizola. Por crença ideológica e voluntarismo, fez várias “experiências” com a economia do país. Determinou por Decretos Presidenciais a baixa dos juros e das tarifas de energia elétrica, tentando controlar a inflação impôs praticamente o congelamento dos preços de combustíveis. O resultado foi um rombo imenso no setor elétrico, e a quebra da Petrobrás com prejuízos imensamente maiores do que os que foram causados pela corrupção.

O déficit fiscal produzido pelas políticas de expansão fiscal e os buracos nas empresas de energia elétrica e na Petrobrás aceleraram e potencializaram muito a crise por que

passamos. O governo brasileiro mente quando diz que a desaceleração da economia brasileira é unicamente consequência do sistema internacional; existem as causas externas, mas as internas são muito mais graves.

Quase imediatamente após a vitória de Dilma para o segundo mandato, o governo entra em colapso. Dilma reluta, mas é obrigada a reconhecer que o país está quebrado, e contrariamente ao que afirmou em toda a sua campanha à reeleição, tenta impor uma agenda econômica com as mesmas “maldades” que acusou seus adversários de pretenderem fazer.

Na visão de uma ampla classe média, a presidente se deslegitimou pelas mentiras que contou ao país e pelos sucessivos escândalos de corrupção. Há um sentimento profundo de traição do governo, que pega a camada mais pobre da população, e explica a “debandada” da base de apoio do governo no Congresso.

Lava Jato. Demétrio conta que publicou artigo na Folha de São Paulo, com título provocativo: “Sérgio Moro, Político”.

O Juiz Moro é acusado pelos jornalistas palacianos (de que há dois tipos: os poucos que ainda acreditam ideologicamente no governo, e os que são movidos a “vil metal”) de fazer perseguição sistemática ao PT. Portanto seria político, com ambições políticas, as mesmas acusações que já foram feitas ao Ministro Joaquim Barbosa.

Trata-se de difamação, os atos de Sérgio Moro são bem embasados e seguem os ritos cabíveis, e foram confirmados em 99% pelos Tribunais Superiores, inclusive o STF. Não se trata de

um juiz que decidiu perseguir partidos políticos e pessoas com objetivos inconfessáveis, sem prestar contas à hierarquia do Poder Judiciário.

Mas todos os “atores” da Lava Jato, juiz, promotores, delegados, tem plena consciência de estarem inscritos em arena política e midiática. As ordens de prisão emitidas, as declarações dos promotores, os próprios nomes que a Polícia Federal dá às etapas da operação, definem um ideal de representação democrática.

A esfera pública, idealmente, se divide em dois domínios: a política participativa formada por representantes eleitos pelo povo; e a administração pública, constituída por funcionários públicos profissionais, não partidários. Evidentemente, trata-se de um ideal utópico, não há país no mundo que consiga isto em plenitude, no nosso mundo que consiga isto em plenitude, no nosso infelizmente estamos muito longe.

A novidade do lulopetismo não é a continuação da tradição patrimonialista que contamina a esfera pública desde o Descobrimento, e sim no fato de que ao patrimonialismo tradicional se soma algo que tem a ver com a tradição comunista (e nem Lula nem o PT jamais foram comunistas, nem socialistas), o desprezo pela “República Burguesa” com sua separação entre governo e Estado. No entender dos petistas o Estado deve ser ocupado e servir ao partido, e a isso se soma a tradição patrimonialista.

Ministérios foram entregues “de porteira fachada” a partidos aliados, Secretarias Especiais com status de Ministério foram criadas e entregues a movimentos sociais. As diretorias das estatais passaram a ser unicamente ocupadas por indicações partidárias, e aos partidos “patronos” devem servir.

Isso constitui grave ameaça potencial a

todas as instituições do Estado, que temem perder suas prerrogativas constitucionais e autonomia. E os juizados, Ministério Público, Polícia Federal, passam a utilizar a autonomia que a Constituição lhes dá. E nisso a Operação Lava Jato é política. Não são atos corriqueiros, no momento em que o Brasil foi tão longe na degeneração da República Democrática, essas instituições se insurgem, em grande parte para garantir sua própria sobrevivência.

O risco é acharmos que o país poderá ser salvo por um juiz, ainda que necessário. Na democracia representativa, quem salva são representantes eleitos pelo povo. Não há salvação fora do voto, fora da política.

Sobre os cenários políticos atuais, comenta que há dúvidas de para onde vamos, ele em particular não faz a menor ideia; conhece algo do passado, e “no Brasil até o passado é incerto”; o futuro cabe a tarólogos e cartomantes.

Então, tenta traçar alguns cenários:

A quebra da legitimidade do governo se associa a motivos jurídicos piores e melhores, e o que permitiria o impedimento da presidente seriam principalmente dois:

- **As “pedaladas fiscais”, em minha opinião o pior e bastante oportunista.**
- **A impugnação da chapa de Dilma pelo TSE, por contaminação das contas de campanha por dinheiro desviado da Petrobrás.**

Caminhos jurídicos que se abrem para o impedimento de um governo que perdeu a legitimidade, a popularidade e a capacidade de governar:

1º Cenário: Porta Temer. Abre-se com muita facilidade, basta que o TCU impugne as pedaladas fiscais e o Congresso confirme a sentença. Seria necessário um acordo entre o PMDB e o PSDB e algum outro partido. Contra essa ideia estão as disputas de poder entre os partidos, e o fato de que os políticos dificilmente apoiariam Temer, não eleito, fazendo três anos e meio de “mal” necessário e que Dilma sequer começou a fazer.

2º Cenário: Porta Aécio. Se o TSE confirmar que a campanha de Dilma teve recursos desviados da Petrobrás e impugnar a chapa Dilma-Temer. Como não se chegou ao meio do mandato haveria novas eleições. Porém se Dilma apelasse da impugnação ao STF a ação paralisaria o país por quase um ano e meio, com consequências desastrosas.

Há uma hipótese que vem sendo sonhada à esquerda, a formação de uma Frente Populista, dando apoio a Dilma para voltar à expansão fiscal, incentivar crédito fácil e consumo. Ressuscitar o discurso “povo contra elite”. É absurdo demais para ser verdade.

A sensação de termos ouvido um grande analista da situação brasileira atual justificou o título “Pensando o Brasil”, escolhido pelo UniBrasil e o Graciosa Country Clube para o evento.

